

RECURSO ESPECIAL Nº 1.831.134 - SP (2019/0236359-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : **BENEDITO APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS**
ADVOGADOS : **ROSÂNGELA FRASNELLI GIANOTTO - SP184488**
GIOVANNI FRASNELLI GIANOTTO - SP272888
DANTE FRASNELLI GIANOTTO - SP357925
RECORRIDO : **MEDICAL MEDICINA COOPERATIVA ASSISTENCIAL DE**
LIMEIRA
ADVOGADOS : **DANIELA GULLO DE CASTRO MELLO - SP212923**
PRISCILIANA GILENA GONÇALVES - SP213289

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por BENEDITO APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS em face de acórdão proferido pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"Ementa - Plano de saúde coletivo empresarial - Autor ex-empregado aposentado - Direito a mesmas condições não abrange mesmo regime de custeio de empregados na ativa - Validade da adoção de faixas etárias - Valor da mensalidade notoriamente menor que praticado no mercado - Variação acumulada entre três últimas faixas etárias inferior à variação das sete primeiras (RN 63/2003 da ANS interpretado conforme IRDR 0043940-25.2017.8.26.0000) - Reajuste válido - Recurso da operadora provido - Recurso do beneficiário não conhecido." (fl. 403)

É o relatório. Decido.

A questão de direito do recurso especial foi afetada à Segunda Seção como representativa de controvérsia a ser julgada sob o rito dos recursos especiais repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015, tendo as decisões de afetação dos REspS 1.716.113/DF, 1.721.776/SP, 1.723.727/SP, 1.728.839/SP, 1.726.285/SP e 1.715.798/RS delimitado o Tema 1.016 dos Recursos Especiais Repetitivos, nos termos da seguinte ementa:

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE COLETIVO. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DA CLÁUSULA DE REAJUSTE POR FAIXA ETÁRIA E SOBRE O ÔNUS DA PROVA DA BASE ATUARIAL DO

REAJUSTE. DISTINÇÃO COM A HIPÓTESE DO TEMA 952/STJ.

1. Existência de teses firmadas por esta Corte Superior no julgamento do Tema 952/STJ acerca da validade de cláusula contratual de reajuste por faixa etária.

2. Limitação da abrangência do Tema 952/STJ aos planos de saúde individuais ou familiares.

3. Necessidade de formação de precedente específico acerca dos planos coletivos.

4. Delimitação da controvérsia: (a) validade de cláusula contratual de plano de saúde coletivo que prevê reajuste por faixa etária; e (b) ônus da prova da base atuarial do reajuste.

5. RECURSO ESPECIAL AFETADO AO RITO DO ART. 1.036 DO CPC/2015.

(ProAfr no REsp 1716113/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 04/06/2019, DJe 10/06/2019)

Além disso, nesses julgamentos, houve determinação de suspensão dos processos que versem sobre idêntica questão de direito e que estejam pendentes de apreciação em todo território nacional.

Nesse contexto, em observância à economia processual e ao art. 256-L do RISTJ, os recursos que tratam da mesma controvérsia no STJ devem aguardar, no Tribunal de origem, a solução do questão, viabilizando, assim, o juízo de conformação, atualmente disciplinado pelos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Cumprе destacar que, em conformidade com o art. 1.041, § 2º, do CPC/2015, apenas após essas providências é que o recurso especial, se for o caso, deverá ser reencaminhado a este Tribunal Superior, independentemente de ratificação, para análise das demais questões jurídicas nele suscitadas que eventualmente não fiquem prejudicadas pela conformidade do acórdão recorrido com a decisão sobre o tema repetitivo ou pelo novo pronunciamento do Tribunal de origem.

Diante do exposto, **determino a remessa dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa**, a fim de que, nos termos dos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015, após o julgamento do tema de recurso repetitivo: *i) negue-se seguimento* ao recurso especial no caso de o acórdão recorrido coincidir com a tese firmada sobre o aludido tema; ou *ii) proceda-se a novo exame* da matéria, no órgão prolator da decisão

Superior Tribunal de Justiça

vergastada, na hipótese desta última divergir da referida tese.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**

Relator